

..... Artigo

DOI: <https://doi.org/10.23925/1982-4807.2023i33e62765>

A DEMOCRACIA BRASILEIRA EM RISCO: A ETERNA POSSIBILIDADE DE RETROCESSO E O DILEMA DAS PLATAFORMAS DIGITAIS

Carolina Guerra¹
Arthur Gonçalves Spada²

RESUMO

O presente artigo busca abordar os diversos desafios que se desenham na democracia brasileira diante das tendências antidemocráticas, tanto em termos regionais quanto globais, que encontram força, especialmente nos meios digitais. Isso ocorre em um contexto histórico em que tendências de autocratização permearam e ainda permeiam a política brasileira. Ao elencar alguns elementos da atualidade brasileira, como a Operação Lava Jato, o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff e os quatro anos de governo de Jair Bolsonaro, nota-se que os efeitos desses eventos ainda representam riscos para a democracia no Brasil, considerando, em especial, as tendências autoritárias que permanecem ativas.

Palavras-chave: Democracia; Autoritarismo; Plataformas digitais.

ABSTRACT

The present article seeks to address the various challenges facing Brazilian democracy in light of anti-democratic trends, both regionally and globally, which find strength particularly in digital media. This occurs in a historical context where tendencies toward autocratization have permeated and continue to permeate Brazilian politics. By highlighting certain elements of contemporary Brazil, such as Operation Lava Jato, the impeachment process of President Dilma Rousseff, and the four years of Jair Bolsonaro's government, it is noted that the effects of these events still pose risks to democracy in Brazil, especially considering the authoritarian tendencies that remain active.

Keywords: Democracy; Authoritarianism; Digital platforms.

RESUMEN

El presente artículo busca abordar los diversos desafíos que enfrenta la democracia brasileña ante las tendencias antidemocráticas, tanto a nivel regional como global, que encuentran fuerza, especialmente en los medios digitales. Esto ocurre en un contexto histórico en el que las tendencias de autocratización han impregnado y siguen impregnando la política brasileña. Al destacar algunos elementos de la actualidad brasileña, como la Operación Lava Jato, el proceso

¹ Possui graduação em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação e Artes Mackenzie (2006), pós-graduação em Jornalismo Internacional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e mestrado em Ciências Sociais pela mesma instituição. Atualmente é doutoranda em Ciências Sociais também na PUC-SP. <http://lattes.cnpq.br/7373856903969737> - <https://orcid.org/0000-0002-6477-8159-falacarol@gmail.com>

² Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (2012). Especialização em Direito Constitucional e Administrativo pela Escola Paulista de Direito (2018) e Ciência Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (2020). É mestre pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2023), e pesquisador do Núcleo de Estudos de Arte, Mídia e Política da PUC-SP. <http://lattes.cnpq.br/0006346629079183> - <https://orcid.org/0009-0006-3008-8455> - arthur_spada@hotmail.com

..... Artigo

de impeachment de la presidenta Dilma Rousseff y los cuatro años de gobierno de Jair Bolsonaro, se nota que los efectos de estos eventos aún representan riesgos para la democracia en Brasil, considerando, en especial, las tendencias autoritarias que permanecen activas.

Palabras clave: Democracia; Autoritarismo; Plataformas digitales.

INTRODUÇÃO

No dia 30 de dezembro de 2022, Jair Bolsonaro, presidente ainda em exercício e derrotado nas eleições presidenciais deixava o país, confirmando que não participaria do ato simbólico da passagem da faixa ao vencedor, Luís Inácio Lula da Silva. Após semanas em silêncio e poucas declarações, chegava aos estertores o mandato daquele que foi visto como um pretense autocrata, na linha de governantes como Recep Erdoğan e Viktor Orban. Mandatários que aprofundam os matizes autoritários após a reeleição, aprofundando a erosão democrática a partir de dentro (MOUNK, 2019).

No entanto, longe de significar que o Brasil retornou a um cenário de estabilização da democracia, com a vitória, pela terceira vez de Lula e a quinta do Partido dos Trabalhadores para a chefia do Executivo nacional, é fundamental analisar os desafios e as tendências antidemocráticas que permanecem altamente mobilizadas, principalmente nos primeiros meses do novo governo. Para isso, o presente artigo fará um breve esforço histórico, buscando demonstrar como as tendências para a autocratização são uma história da política brasileira. Num segundo momento, discorrerá sobre os principais eventos que elevaram a eleição de Bolsonaro e colocam o país no atual estágio de fragilidade democrática. Por último, será feita uma breve descrição de como as tendências autoritárias permanecem ativas e desafiam o novo governo, somada a questão das plataformas digitais e as dificuldades que essas apresentam para a defesa da democracia.

1. Brasil: tendência para a autocratização.

Embora a crise da democracia e a crise da representação política sejam fenômenos largamente debatidos na literatura acadêmica atual, é preciso trazer a discussão para a história brasileira. Por vezes, textos produzidos à luz do cenário internacional são internalizados no país, como se a história por aqui se desse nos mesmos moldes que a dos países centrais para o capital. Como chama atenção Luís Felipe Miguel (2022), o que a literatura chama de “trinta anos gloriosos” no pós-guerra, representavam um momento de regime militar no país, que

Revista Ponto-e-Vírgula, São Paulo, V.1 n33e62765

e-ISSN:1982-4807

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PUC-SP

<https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula>

..... Artigo

perdurou de 1964 a 1985. Nesse período, longe de ser possível observar o estabelecimento de uma opinião pública orientada por diversos mecanismos de informação, vigia a censura e o controle estatal.

Daí porque parece ser necessário um olhar mais amplo acerca do desenvolvimento e da tentativa de instauração da democracia no Brasil, com todas as limitações e paradoxos que a nossa história política nos mostra. A ideia de processo é fundamental, mais ainda, de um processo situado histórica e geograficamente.

Dito isso, é necessário, inicialmente, situar o Brasil no mundo. Ou seja, enquanto país da América Latina, que foi colônia de Portugal, cercado por países colonização hispânica e que conviveu com a escravidão por mais de 300 anos e ainda sente os seus perversos efeitos na sociedade, notadamente na permanência de um racismo de caráter estrutural e a desigualdade econômica em níveis substanciais. Essas marcas, estão presentes até hoje e também são objeto de amplos estudos e debates: situar o Brasil dentro da América Latina é algo complexo, a despeito de também sofrer com golpes e governos autoritários como seus vizinhos de continente. Ou seja, em certos aspectos o Brasil parece tão próximo dos outros países que perfazem a América Latina, enquanto em determinadas situações é difícil considerá-lo irmanado aos demais, para além da questão geográfica.

A colonização portuguesa no Brasil trouxe consigo, como não poderia deixar de ser, elementos particulares do povo lusitano que marcaram, de forma acentuada, o caráter da vida política e social que começou a se estabelecer no país que emergia. Essa colonização, de face agrária e na qual as cidades constituíam mero apêndice do campo – soergidas de maneira desleixada, ao contrário daquelas decorrentes da ocupação espanhola – tinha na escravidão do negro africano o principal sustentáculo desse estado de coisas (HOLANDA, 2014). E não só por conta do uso da mão de obra escrava, mas em razão do capital que circulava fruto do comércio dos negros. A vida era limitada apenas a fazenda, da qual provinha todo o necessário para os seus integrantes. Patriarcalismo e patrimonialismo são os elementos chave dessa organização social, na forma como importados de Portugal.

Essa configuração nacional apenas será modificada com a vinda da família real portuguesa e, posteriormente, com a abolição da escravatura – esta ocorrida em sucessivas

..... Artigo

etapas e tardiamente, o que motiva processos de sociabilidade primitivos, baseados na assistência e não na luta por direitos. A transferência da capital da metrópole para o Rio de Janeiro e a tentativa de civilizar o Brasil para o seu recebimento, é o primeiro passo para a modernização do país, o que por outro lado demonstra o descompasso para as elites agrárias brasileiras, que percebe que somente lhes restavam as migalhas da metrópole.

Antes disso, a falta de ter se estabelecido aqui mecanismos culturais próprios, como universidades e imprensa – também diferente do que se sucedeu na América espanhola – motivou que os filhos dos colonos enriquecidos fossem enviados para estudar na Europa, onde eram contaminados com as ideias então reinantes, principalmente as ideias liberais, as quais pretendiam importar para o Brasil (HOLANDA, 2014).

A proibição do tráfico de escravos para o Brasil, através da lei Eusébio de Queiróz e a posterior abolição completa da escravatura tornou disponível o capital que era empregado nesse comércio, de sorte que a economia antes confinada ao mundo agrário, passou a girar também através de títulos bancários e da aplicação em outros negócios, contribuindo numa industrialização incipiente (HOLANDA, 2014).

Os filhos das elites econômicas, e que constituam a nova elite intelectual “Estavam determinados a não ser apenas os libertadores de uma colônia, mas principalmente os edificadores de um Estado e de uma Nação” (SANTOS, 1978, p. 76). Isso porque, se ainda não havia um Estado constituído, tampouco se podia dizer que existia uma nação brasileira, com características e interesses próprios que merece tal qualificação. As ideias liberais vindas da Europa não foram aplicadas no Brasil na forma como pensadas originalmente, mas o seu processo de introdução não deixou de sofrer a influência da classe que conduzia esse processo, ou seja, os interesses da elite, bem como em razão das características próprias que se desenvolveram aqui e não estavam na base do pensamento importado. Assim, o que se chamava de liberal, era tingido de todas as cores do tradicionalismo e conservadorismo.

Essa geração de pensadores, donde se destaca a geração de 1870, todavia, não encontrava mais espaço na monarquia para a introdução de suas ideias, sobretudo porque a intelectualidade era, em especial, sustentada pelo Estado, ante a carência intelectual do povo. Começam a aparecer os primeiros manifestos republicanos no Brasil. Nesse período, a Guerra

..... Artigo

do Paraguai, que motivou a criação de uma força militar brasileira – com formação tardia, a partir do Estado - também contribui para a crise da Monarquia, uma vez que motivou o descontentamento do médio oficialato com o regime instituído, os quais não eram próximos da nobreza e recebiam as louvações pelos feitos militares.

O cientificismo que se pronunciava na Europa, é importado para o Brasil, através do positivismo de Augusto Comte, que passa a ser popular entre a intelectualidade, assim como dentro da caserna. Era necessário construir na população, através da educação, a moral e a cidadania. Surge a ideia do soldado cidadão, que seria o responsável e exemplo desse processo.

Assim, a república não surge de um movimento ascendente, mas de um golpe militar e uma elite intelectual que buscava ocupar o Estado, de sorte que ficam rarefeitas as ideias democráticas – o que motivava a criação da república não eram ideias de representação. É o positivismo duro e autoritário que comanda esse processo, no qual a lei transformaria a sociedade. É a partir do próprio Estado que se modificaria a ordem estabelecida. Imperam as ideias salvacionistas, ante a compreensão de que a sociedade não poderia se desenvolver autonomamente. Darcy Ribeiro aborda o resultado deste processo:

As causas desse descompasso devem ser buscadas em outras áreas. O ruim aqui, e efetivo fator causal do atraso, é o modo de ordenação da sociedade, estruturada contra os interesses da população, desde sempre sangrada para servir os desígnios alheios e opostos aos seus. Não há, nunca houve, aqui um povo livre, regendo seu destino na busca de sua própria prosperidade. O que houve e o que há é uma massa de trabalhadores explorados, humilhada e ofendida por uma minoria dominante, espantosamente eficaz na formulação e manutenção de seu próprio projeto de prosperidade, sempre pronta a esmagar qualquer ameaça de reforma da ordem vigente. (RIBEIRO, 1995. P. 452)

Essa concepção autoritária e de dirigismo da sociedade a partir do Estado, moldado por ideias importadas, predomina no Brasil ao longo de sua história. Na primeira República, o liberalismo de Ruy Barbosa foi tímido e fruto de cópias; pretendia a criação de uma cultura do trabalho no país que o salvasse do atraso, cujos conflitos seriam solucionados pelos mecanismos legais. Ainda que pensando uma república, inexistia uma teoria de representação robusta, e se convencionava que o voto deveria ser apenas aos letrados, o que demonstra a noção de que o Estado criaria o eleitor através da educação.

São, portanto, concepções autoritárias que prevalecem, ainda quando possuem inspiração liberal, para o desenvolvimento do Estado e da sociedade brasileira, das quais o país

Revista Ponto-e-Vírgula, São Paulo, V.1 n33e62765

e-ISSN:1982-4807

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PUC-SP

<https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula>

..... Artigo

ainda não se libertou. O fenômeno do autoritarismo e das crises frequentes pode ser um aspecto que aproxima o Brasil dos demais países latino-americanos. Nesse sentido, Caio Prado Jr., antes de escrever o clássico “Formação do Brasil Contemporâneo”, no qual descreve como as estruturas coloniais ainda se faziam presentes na sociedade brasileira dos anos 40, já mostrava preocupação com as medidas de inspiração fascistas tomadas por Vargas e que levavam o Brasil a caminho da ditadura.

Veja, que o autor cuja obra é marcada pela interdisciplinaridade, pois se baseia na avaliação de fatores sociais, culturais e econômicos buscava a compreensão do sentido geral do desenvolvimento político brasileiro, influenciou de maneira contundente as ciências sociais praticadas no Brasil, principalmente por se afastar do cientificismo positivista que vigia no início do século XX.

Ao tratar da colonização, defendia que o país funcionava apenas como uma empresa comercial do colonizador, cuja produção tinha como intuito apenas atender ao mercado europeu, a partir da exploração dos recursos naturais brasileiros, a partir de mecanismos pré-capitalistas (PRADO, JR., 2011). Isso fazia com que o país tivesse um papel subalternizado na divisão internacional do trabalho. Aliás, a falta de uma densidade populacional, uma vez que a opção do colonizador não foi a de povoar a região, impossibilitava até mesmo a existência do feudalismo no Brasil, que possibilitasse que por aqui tivesse havido uma revolução burguesa posterior, de modo que os traços escravistas e pré-capitalistas permaneceram em desiguais níveis no desenvolvimento político-econômico do país.

Apesar das polêmicas que a tese da inexistência de uma economia feudal no país suscitou à época de sua formulação, é certa a compreensão de Prado Jr. da impossibilidade de se replicar os modelos europeus ou pensar nas mesmas etapas de desenvolvimento da sociedade, que levariam a superação do capitalismo. Ou seja, reconhece a necessidade de um pensamento que leve em conta as especificidades do país para pensar a sua transformação, e revela a atualidade de suas conclusões no sentido de ser o Brasil um país sempre periférico, destinado ao atendimento dos mercados estrangeiros e cuja adesão ao capitalismo internacional nunca supera a maneira subalternizada de se inserir no mundo globalizado, que acontece desde sua colonização.

..... Artigo

Assim, a burguesia brasileira sempre viria a ocupar um papel de aliada do capitalismo internacional e não atuaria de modo nacionalista: cultuaria os valores do estrangeiro e não se identificaria com o povo brasileiro, preferindo se acreditar branca e europeizada, aceitando sua posição de sócia minoritária no imperialismo capitalista. Prado Jr. rejeitava a ideia de uma burguesia nacional a qual pudessem os trabalhadores se aliarem para completar a revolução burguesa no país, como acreditavam alguns adeptos do “etapismo” da teoria marxista.

Inspirado e em linha pela obra de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes chamou de “autoritarização crescente” as transformações pelas quais passou o Estado brasileiro, enquanto país da periferia do sistema e onde o capitalismo não teria sido implementado fruto de uma burguesia revolucionária. O caráter autocrático reside na existência de uma classe minoritária, mas dominante, que consegue impor seus interesses numa economia capitalista dependente, e que necessita de um certo nível de democracia para se adequar aos interesses do capitalismo internacional. Os traços autoritários presentes na história da tradição política brasileira tornariam esse caráter mais evidente, uma vez que dentro dessa visão não haveria oposição entre democracia e autocracia, mas estas poderiam conviver como um corpo carrega sua sombra sob o sol. Há a persistência de um arranjo autocrático que permitiria mudanças mesmo sob a ordem democrática e

Na verdade, o sistema capitalista de poder converte-se, com grande rapidez, em uma forma política autocrática, embora isso seja mais visível na periferia do mundo capitalista. O que quer dizer que não se está diante de uma “crise de crescimento” da democracia, mas de uma tendência histórica inexorável que, se for descrita como “bonapartismo”, ocultará a sua face mais nociva e as suas consequências mais nefastas graças a uma concessão ideológica “marxista” (FERNANDES, 1989, p. 68).

Ou seja, Florestan mostra que no desenvolvimento do capitalismo há uma tendência zigzagueante no conflito fundamental entre a classe trabalhadora e a burguesia. Aliás, esta última estaria sempre em vantagem, cuja primazia se ampliaria justamente de acordo com o grau de desenvolvimento capitalista. Isso porque a camada dominante sempre encontraria meios, e poderia contar com apoio das burguesias internacionais, para fazer valer seus interesses e sufocar qualquer tentativa de revolução proletária.

A contrarrevolução sempre seria possível pelas classes abastadas as quais, inclusive, têm a capacidade de cooptar parte das camadas populares para defender seus ideais

..... Artigo

(FERNANDES, 2018). É por esse motivo que Florestan afirma que a burguesia teria aprendido a conviver com a constante luta de classes, uma vez que os instrumentos de defesa e contra-ataque estariam por ela sempre mobilizados para assegurar a sua dominação. Esse aprendizado teria se dado numa escala global e

Não se trata, apenas, de uma aprendizagem que tenha proporcionado vantagens só na “luta ideológica”, porém de algo substancial: a burguesia aprendeu a usar globalmente as técnicas que lhe são apropriadas de luta de classes e ousou incorporar essas técnicas a uma gigantesca rede institucional, da empresa ao sindicato patronal, do Estado às organizações capitalistas continentais e de âmbito mundial. Enquanto o movimento socialista e o movimento comunista optaram por opções “táticas” e “defensivas”, a burguesia avançou estrategicamente, em nível financeiro, estatal e militar, e procedeu a uma verdadeira revolução das técnicas da contrarrevolução (FERNANDES, 2018, p. 46)

Há uma semelhança entre o que foi proposto por Florestan Fernandes e a ideia da teoria do “pêndulo da democracia” apresentada por Leonardo Avritzer. Esta, reconhece que o Brasil vive momentos de maior democratização ou maior autoritarismo que se alternam no tempo de módulo pendular. Nos períodos em que a democracia está em alta, seriam conservadas estruturas ou instituições autoritárias que permitiram o regresso do pêndulo em momentos nos quais houvesse uma conjugação de setores da sociedade nesse sentido (AVRITZER, 2019).

Um dos destaques para essa movimentação do pêndulo, segundo o autor, é o papel desempenhado pelo Poder Judiciário que, além de não ter se incorporado às tradições da democracia liberal no país, de modo a conservar uma face alheia aos freios e contrapesos que se faz visível nos demais poderes, de acesso pelo voto direto da população, também age de forma impermeabilizada, em razão justamente dessas formas de acesso que não representam mecanismos democráticos de ingressos nessas carreiras (AVRITZER, 2019).

Assim, os períodos em que há a expansão da democracia carregariam um forte otimismo que viria a ser negado no momento posterior, fazendo regressar o pêndulo. (AVRITZER, 2019). A permanência da vigência da lei do impeachment (lei nº 1079/50), que emerge em um momento conturbado do país no início da década de 1950, após a promulgação da Constituição da República de 1988 constituiria uma dessas ferramentas contra democráticas que empurram o pêndulo: em que pese possam demorar anos para serem acionadas, seguem vivas mesmo em períodos de euforia democrática e não são afastadas definitivamente da ordem jurídica

..... Artigo

brasileira, sempre prontas para serem manejadas por aqueles que delas souberem fazer uso (AVRITZER, 2019).

É o que defende o Avritzer, ao demonstrar que a crise política que levou a remoção de Dilma Rousseff foi fortemente influenciada pelo papel desempenhado pelo Poder Judiciário (e Tribunal de Contas da União), o que colocou a própria legitimidade das eleições em xeque, com a intenção de reverter os rumos do projeto político que havia saído vitorioso nas urnas (AVRITZER, 2019).

O *impeachment* teria se tornado um instrumento de política rotineira e que serviu aos interesses daqueles que pretendiam a mudança dos rumos adotados pelo governo petista, uma vez que não teriam conseguido, por meio do voto, garantir que a definição das políticas públicas governamentais representasse os seus interesses mais próximos. Ao contrário de resolver uma crise política, a remoção da presidente manteve conturbada a governança brasileira, mas com a regressão de importantes conquistas sociais dos períodos anteriores e a introdução, forçada, de políticas econômicas liberalizantes.

Se a figura do pêndulo evoca movimento, ao escrever ainda no calor do movimento que se convencionou a chamar de Jornadas de Junho de 2013, Marcos Nobre apresentou a noção do “imobilismo” da política brasileira, que teria se aprofundado após a redemocratização. Esta consistiria em uma blindagem do sistema político que impediria a possibilidade de transformações substanciais, advindas do que Nobre chama de “Pemedebismo”. Essa característica do sistema político brasileiro seria decorrente de uma baixa cultura democrática na sociedade, que permitiu que as instituições pudessem se escudar de atender (ou até mesmo ouvir) as demandas populares³.

³ Nobre não restringe a noção de “Pemedemismo” apenas ao PMDB (atual MDB) e, inclusive, aborda a aderência dos governos petistas a essa maneira de fazer política. Daí porque, em que pese a perda de espaço do MDB na política institucional nos últimos anos, sobretudo durante o governo Bolsonaro, o argumento não perde sentido para a presente análise, na medida em que ainda é reconhecida por muitos a permanente dependência do chamado “Centrão” no Congresso Nacional, para garantia de uma governabilidade calcada nas bases que Nobre apresenta.

..... Artigo

Conforme concebe o autor, o “Pemedebismo” poderia ser observado, dentre outros fatores, na I) adesão de partidos ao governo, independente de qualquer orientação ideológica, na necessidade de que II) fossem formadas grandes maiorias para a garantia da governabilidade e também na III) ausência de debate público para solução de controvérsias, mas a preferência por decisões de bastidores.

A democracia nunca se consolidaria de fato no país em razão da normalização do “Pemedebismo”, ainda que tivesse havido avanços sociais relevantes. Ainda que - ou especialmente - a leitura do conceito de Nobre, ao compreender pela mudança de um nacional-desenvolvimentismo do período de ditadura militar para um social-desenvolvimentismo nos anos de FHC e Lula, revele que seu “imobilismo” não é absolutamente estanque, é possível apreender uma aderência às ideias da história do pensamento político brasileiro aqui brevemente citadas.

Em resumo, é possível reconhecer que a ideia de ser um Brasil um país com tendências autoritárias e subalternizado aos interesses estrangeiros é corrente nas análises dos maiores pensadores brasileiros. A dificuldade de reconhecer o país como superado as contradições de sua colonização e o desenvolvimento de um sentido próprio de nação fazem com que este conviva com as crises e rupturas ao longo de sua história.

De Caio Prado Jr. a Leonardo Avritzer o que se percebe é o refinamento das razões que fazem do Brasil esse lugar de permanente tendência autocrática: as estruturas autoritárias não são dissolvidas nos curtos períodos de pico da democracia, ao contrário, permanecem atuantes dentro da institucionalidade e, mais ainda, seguem inscritas na hegemonia cultural e não são modificadas independente das mudanças que o país atravessa. Nisso também se situa o papel subalternizado frente ao desenvolvimento do capitalismo mundial e a aceitação pacífica da intromissão de agências ou organismos estrangeiros nos assuntos nacionais, que se dá junto com a adoção de medidas legais ou a adoção de modelos institucionais que não permitem o desenvolvimento pleno e independente do Brasil.

Isso revela que nas crises políticas brasileiras, os traumas dos períodos autoritários ou a possibilidade de reversão democrática esteja sempre presente e influencie as opções a serem adotadas pelos atores em disputa. As questões de classe também parecem indissociáveis e as

..... Artigo

concepções de mundo que se chocam nos momentos de crise, sempre levam em conta as clivagens sociais e os elementos citados aqui, que permanecem presentes ao longo do desenvolvimento do país, ou seja, a ausência de superação da escravidão e a desigualdade social que coloca em condições extremamente vulneráveis grande parte da população brasileira.

2. Junho de 2013, lava-jato, *impeachment* e Bolsonaro: a agudização da crise

As mudanças sociais das últimas décadas, agravadas pelas crises econômicas de 2008 e que representaram uma crise do modelo econômico neoliberal, abalaram de maneira contundente a ideia de democracia e representação política. Ao redor do mundo, surgiram inúmeros movimentos que contestavam o sistema político estabelecido a partir de representantes eleitos, buscando mecanismos de atuação direta. Tais experiências, exemplificadas no caso do *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos da América do norte ou no *Indignados* (15M) da Espanha, representavam uma busca de uma nova forma de participação política. A desigualdade social e o aparente silêncio das instituições para as demandas populares estavam no cerne desses movimentos.

O momento das últimas décadas no qual o Brasil foi diretamente atingido por essas tendências internacionais está em junho de 2013: às manifestações que surgiram contra o aumento das passagens do transporte público e que desaguaram numa miríade de pautas e atores que saíram às ruas. No ano, no qual o Partido dos Trabalhadores ocupava a Presidência da República e a Prefeitura de São Paulo – cenário das maiores manifestações – seria realizada a Copa das Confederações no país, antecedendo a Copa do Mundo de Futebol, realizada em 2014. Ambos os eventos esportivos, junto com os preparativos para as Olimpíadas do Rio de Janeiro de 2016 foram alvo de manifestações, que se insurgiram contra o gasto de recursos públicos para a realização de megaeventos e não o atendimento de demandas populares, como saúde, educação e segurança. As manifestações que num primeiro estavam ligadas a movimentos sociais de esquerda, posteriormente tomaram outra feição, havendo uma clara rejeição ao sistema político institucional e, até mesmo, a emergência de pleitos autoritários e antidemocráticos.

No cenário de 2013 e 2014 movimentos populares emergiram com figuras que depois viriam a ocupar cargos políticos. O Movimento Brasil Livre (MBL), tendo como principal

..... Artigo

representante Kim Kataguiri, eleito deputado federal em 2018; Movimento Nas Ruas, fundado por Carla Zambelli, eleita deputada federal também em 2018; Movimento Vem pra Rua, criado em outubro de 2014 e que passou a atuar fortemente pelo *impeachment* de Dilma Rousseff nos anos seguintes. O que se assemelha a esses movimentos é a rejeição ao sistema político tradicional e a larga presença nas redes sociais.

Partindo da obra de Bernard Manin acerca dos princípios do governo representativo, Marcos Nobre propõe que a teoria daquele autor levaria a percepção de que hoje se vive num momento da “democracia do digital”. Esta tem nas redes sociais e plataformas de internet um aspecto central: as redes funcionam como um agregador de opiniões que modifica de forma contundente o modo de informação que era obtido a partir dos mecanismos tradicionais de mídia. Agora, há a formação de bolhas de informação baseada na formatação dos algoritmos que buscam disputar a atenção dos usuários (NOBRE, 2022). As redes funcionam contra o monopólio de informação e permitem o surgimento de movimentos que influenciam as disputas eleitorais e as políticas governamentais.

A lógica das plataformas digitais advinda das transformações tecnológicas assume uma centralidade, sem deixar de conviver com os mecanismos tradicionais de mídia e informação. (NOBRE, 2019). Na ideia de Nobre, ainda em diálogo com Manin, é fundamental perceber como que a utilização da técnica, materializada pelas métricas e instrumentos analíticos pode propor clivagens ao eleitorado, como ocorria com a liderança política na “democracia do público”.

A lógica do hiperengajamento passa a ser fundamental para a influência na esfera política, o que foi melhor aproveitado pelos movimentos de direita (NOBRE, 2019). As plataformas permitem, ainda, a segmentação da informação e a customização a ponto de serem comparadas se colocadas lado a lado, o que seria impossível na mídia tradicional, onde vigia a lógica da uniformização do discurso (NOBRE, 2019).

Na “democracia do digital” os partidos se apresentariam como “partidos digitais” ou “partido plataforma” na definição de Paolo Gerbaudo, também recuperada por Marcos Nobre, o qual diferencia o primeiro do segundo conceito. Na presente análise, o que importa é perceber a atuação baseada nas plataformas digitais e no amplo engajamento, que exploram as técnicas

..... Artigo

das redes e se colocam de maneira onipresente em todo o ecossistema de informação digital (GERBAUDO, 2019, NOBRE, 2022).

Estes, podem ainda, parasitar partidos já existentes, levando para dentro destes a lógica de atuação baseada nas redes. Esse é o caso brasileiro, uma vez que os líderes dos movimentos já citados, como o próprio Jair Bolsonaro se aboletaram em partidos de direita já existentes, que não possuíam clara distinção ideológica anterior.

Na esteira dos protestos de 2013 e dos megaeventos esportivos, a Operação Lava-Jato, que surge em Curitiba, conduzida por Sérgio Moro, passa a ganhar centralidade no cenário político. A operação, que dizia ter como foco o combate à corrupção, passa a se comportar como um verdadeiro movimento social, o *lavajatismo*, que pode ser comparado ao que Gerbaudo chama de partido digital. Além do uso das plataformas para a disseminação de informação, seus integrantes contavam com as mídias tradicionais para a disponibilização de informações, de seu interesse.

Os métodos jurídicos adotados, tais como operações policiais transmitidas pela televisão, longos períodos de prisão preventiva para constranger à delação premiada e conduções coercitivas sem recusa anterior a depoimento foram alvo de críticas de grande parte da comunidade jurídica. Não obstante, eram justificadas, conforme se percebe com as decisões tomadas por Sergio Moro, como indispensáveis uma vez que a corrupção sistêmica exigiria medidas drásticas para o seu combate. Como Fernando Limongi defende, a Operação teve papel central no impeachment de Dilma Rousseff, uma vez que a classe política se viu acuada por seus mecanismos e pretendia obstar a operação (LIMONGI, 2023). É fundamental perceber como o sistema judiciário foi utilizado de forma antidemocrática, a partir de instrumentos previstos no bojo da legislação brasileira.

Desde a deflagração de sua primeira fase, até a eleição de 2018, importantes fatos políticos foram impactados por ela. Em primeiro lugar, às vésperas da eleição de 2014 a Revista Veja divulgou uma capa na qual a figura de Lula e Dilma apareciam em um fundo cinza com a manchete “Eles sabiam de tudo”. A reportagem teria como base a delação do doleiro Alberto Youssef, que não abordou os assuntos apontados na capa da revista, não obstante essa tenha

..... Artigo

sido largamente utilizada por partidários da oposição, e especialmente pelo candidato do PSDB, Aécio Neves, segundo colocado nas pesquisas e com chances reais de vitória.

Em meio a crise política de 2015, ao nomear Lula para o posto de Ministro Chefe da Casa Civil, visando que este atuasse diretamente na articulação política do governo, Sérgio Moro tornou pública a gravação de uma conversa entre Dilma e Lula, com o intuito de denotar que o cargo seria utilizado para que Lula obtivesse foro privilegiado e não fosse alvo da Operação Lava-Jato em Curitiba. Sérgio Moro foi admoestado pelo Ministro do STF Teori Zavascki, sem que a publicização da gravação - de autoridade com foro privilegiado e feita fora do período legal de gravação - tenha gerado qualquer outro constrangimento ao então juiz.

Por último, fato mais contundente, é que a Operação Lava-Jato levou à prisão de Lula em 2018, que àquela altura, liderava as pesquisas de intenção de voto para a Presidência da República. O impacto da Operação e de seus métodos de ação foi enorme na política brasileira e, as críticas que eram feitas aos seus mecanismos à época, eram tratadas como fruto do descontentamento daqueles que eram por ela atingidos, especialmente quando ligados ao Partido dos Trabalhadores.

É bem verdade que a Operação atingiu figuras proeminentes de todo o espectro político, como Aécio Neves (PSDB) ou Eduardo Cunha (PMDB), mas seus métodos questionáveis - o que ficou mais evidente após o vazamento de mensagens trocadas entre as principais figuras da Operação - são sintomáticos de uma opção de pouco compromisso com as regras do jogo democrático, principalmente dos direitos de ampla defesa, que se prestam, no limite, para a construção de uma condição de cidadania plena. Tal comportamento, estressa o uso das regras e contribui contra o avanço da democracia.

Com a vitória de Bolsonaro em 2018, o ambiente visto foi de permanente estresse institucional. A opção adotada nos primeiros anos de governo foi de evitar a construção de uma coalizão sólida de partidos aliados que permitisse a aprovação das pautas de interesse do governo, sobretudo em razão da ausência de uma diretriz de políticas públicas a serem implementadas: tampouco as reformas liberalizantes anunciadas e materializadas na figura do então Ministro da Economia Paulo Guedes tinham uma direção clara.

..... Artigo

O comportamento de permanente tensão não se deu apenas entre os Poderes da República, mas também no tratamento dispensado para a imprensa - havendo a opção por uma comunicação virtual direta com o eleitorado. O ambiente de conflagração levou, inclusive, a episódios de assassinatos de opositores do presidente fora do ambiente de manifestação política pública e culmina na cena da Deputada Federal Carla Zambelli (PL) de arma em punho, às vésperas do 1º turno das eleições de 2022, correndo atrás de um opositor negro nas ruas de São Paulo. Tampouco a pandemia de coronavírus serviu para modificar o cenário, inexistindo por parte do Executivo a construção de uma união nacional contra a doença, mas, ao contrário, apostou-se na negação das teorias científicas mais aceitas, no uso de medicamentos de eficácia não demonstrada e no confronto com as medidas sanitárias.

O cenário da política externa também foi de afastamento e confronto com parceiros comerciais, como a China. Além disso, no período de Bolsonaro o país deixou de investir nas principais demandas globais, ligadas ao meio ambiente e ao clima, demonstrando um descolamento das maiores preocupações das grandes economias mundiais, em troca da defesa de teorias conspiratórias e que negam a problemática do clima causada pelo homem.

O resultado disso tudo é que o país passou a ser tratado como uma “democracia imperfeita”, pelo ranking *Democracy Index* do jornal The Economist. No índice do *V-Dem Institute* desde 2019 o país passou a apresentar uma queda substancial na sua pontuação enquanto uma democracia liberal e figura entre os 10 países à caminho da autocratização⁴. O mesmo instituto mostra a queda do país na pontuação acerca das eleições limpas para o ano de 2022, em razão da intimidação do governo e da violência eleitoral.

3. Os desafios da democracia após a eleição de 2022: possibilidade do retorno ao avanço da democrático frente às novas tecnologias da informação

Passados apenas oito dias do início oficial do terceiro governo Lula, após a vitória das eleições de 2022, Brasília se torna cenário de uma série de atos golpistas, quando uma multidão de inconformados com os resultados das eleições invadiram o Palácio do Planalto e as sedes do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF) em uma tentativa de tomada de

⁴ Ambos os relatórios estão disponíveis nos sites das instituições: <https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2022> e https://v-dem.net/documents/29/V-dem_democracyreport2023_lowres.pdf
Revista Ponto-e-Vírgula, São Paulo, V.1 n33e62765
e-ISSN:1982-4807
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PUC-SP
<https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula>

..... Artigo

poder, com possível conveniência de membros das Forças Armadas que facilitaram o acesso aos edifícios, e que resultou na prisão de mais de 1.400 pessoas⁵.

Posteriormente o presidente Lula comentou a ação pontuando que o fracasso do intento golpista só ocorreu porque houve uma reação democrata forte, com a presença de todos os governadores em Brasília dias após o ocorrido. “Eles perceberam que houve uma reação, imediatamente eu sou agradecido aos governadores que vieram a Brasília prestar solidariedade, imediatamente a gente se juntou e a gente percebeu que tínhamos que trabalhar juntos, Legislativo, Executivo e Judiciário. E nós, então, nos juntamos para garantir a democracia brasileira”, disse o presidente. Lula também se encontrou com os comandantes das três forças: Exército, Força Aérea e Marinha dias após o ocorrido com a pauta de modernização para os militares e compra de equipamentos, além de promover a despolitização das forças armadas.

O ex-presidente Jair Bolsonaro também está sendo investigado como possível autor intelectual dos ataques. Autoridades investigam o planejamento de golpe a partir da prisão e mensagens do celular de Mauro Cid, ex-ajudantes de ordens de Bolsonaro. Segundo relatório de investigações da Polícia Federal, Cid compilou estudos que tratam da atuação das Forças Armadas para Garantia dos Poderes Constitucionais e da Lei e da Ordem (GLO). O acusado também compartilhou documentos com instruções para declaração de estado de sítio diante de “decisões inconstitucionais do STF”, conforme apontou cobertura da Agência Brasil. A PF também identificou que outro ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, Luis Marcos dos Reis, frequentou o acampamento montado em frente ao quartel do Exército em Brasília, que reunia militantes golpistas, e participou dos atos terroristas.

O Brasil, portanto, mesmo com a vitória eleitoral de Luís Inácio Lula da Silva para o terceiro mandato à frente da Presidência da República ainda não se recuperou da tendência à autocratização. Movimentos extremistas seguem ativos nas redes sociais e contam com a simpatia de parte dos parlamentares eleitos em 2022, que ocupam, pela primeira vez, um mandato eletivo. Destaque, como exemplo, para o deputado Marcos Antônio Pereira Gomes, cuja alcunha é Zé Trovão, que participou da articulação de movimentos antidemocráticos,

⁵ Dados da Agência Brasil: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-03/moraes-liberta-mais-130-pessoas-presas-por-atos-golpistas-de-janeiro> e <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-01/inteligencia-militar-nao-alertou-sobre-tentativa-de-golpe-diz-lula>

..... Artigo

tendo inclusive sido preso fora do Brasil e, quando participou da diplomação perante o TRE de Santa Catarina - estado pelo qual se elegeu, sendo o 14º mais votado -, usava tornozeleira eletrônica.

Assim, o ambiente de polarização e violência política impõe desafios para o reestabelecimento do avanço democrático que perpassam, invariavelmente, por lidar com a questão tecnológica: o uso das redes sociais pelos eleitores e a forma como os conteúdos são disseminados. Vê-se, por exemplo, que o Supremo Tribunal Federal, especialmente no trabalho desempenhado pelo Ministro Alexandre de Moraes à frente do “inquérito das *fake news*”, por meio do qual bloqueou a disseminação de diversos conteúdos, inclusive perfis de parlamentares eleitos, incluindo Carla Zambelli, Daniel Silveira, que também foi levado à prisão no âmbito da investigação.

O ano de 2023 também começou com a discussão em torno do Projeto de Lei n.º 2630/2020, conhecido como “PL das Fake News”. Por meio do projeto seriam criadas uma série de obrigações para as empresas provedoras das redes sociais e de mensagens, com a finalidade de haver a moderação do conteúdo e a limitação de mensagens ou notícias falsas. Não por acaso, sob o lema da defesa da liberdade de expressão, parlamentares ligados à direita e extrema-direita se opõem ao projeto. Salta-se, que o debate sobre a regulamentação das redes sociais é global, tendo, inclusive à União Europeia recentemente estabelecido novas regras, dentre as quais de que deverão as plataformas compartilhar seus algoritmos com especialistas para avaliação de risco, bem como a criação de sérias restrições à publicidade.

O Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, recentemente se manifestou no sentido de que a invasão acontecida em Brasília no dia 08 de janeiro trouxe novos contornos para a discussão acerca da regulamentação das plataformas digitais, sobretudo em razão da circulação de conteúdo extremista nos dias que antecederam o ataque, bem como em razão da compreensão de que os episódios foram orquestrados por via online. O Ministro assenta uma posição de que o Brasil precisa avançar em seu paradigma de regulamentação das plataformas para um modelo de

regulação procedimental do discurso online. Esse paradigma nasce da presunção de que a liberdade de expressão na internet requer não apenas uma proteção contra a intervenção do Estado, mas a existência de condições mínimas de proteção da condição democrática de espaços virtuais, em benefício social da pluralidade. Tal

..... Artigo

paradigma está sendo aprofundado nas legislações europeias recentes. Ele se baseia na criação de obrigações positivas para as redes sociais, sobretudo para aprimorar a transparência nas decisões de moderação de conteúdo e na assunção de compromissos de maior cautela no tratamento de manifestações ilícitas na internet. (MENDES, 2023).

Vê, portanto, que é ínsita a discussão do avanço democrático a regulamentação das plataformas digitais. Há um duplo movimento em curso: enquanto as relações sociais se dão cada vez de forma mais na órbita privada e menos coletiva, a privacidade perde espaço, num ambiente de captura e tratamento incessante de dados pessoais (MIGUEL:MEIRELES, 2021). Essa forma de utilização de informação tem repercussões políticas graves, como mostrou o escândalo da Cambridge Analytica, no qual os dados de navegação dos usuários das redes sociais foram utilizados para o direcionamento de conteúdo político segmentado, repercutindo no resultado do BREXIT e das eleições estadunidenses de 2016.

Há, portanto, um cenário no qual a vida política do cidadão se desenvolve num ambiente virtual que se apresenta como espaço público - de uso comum e gratuito - mas que não o é. Nessa esfera, sequer o sujeito tem dimensão das informações que estarão disponíveis para as plataformas e quais serão seus usos futuros, sobretudo em razão da facilidade de armazenamento de dados atualmente, mesmo que estes ainda não tenham uma utilidade imediata.

Tampouco dimensiona o quanto seus atos serão influenciados em razão do conteúdo exposto de maneira não voluntária enquanto navega *online*. Exemplo pode também ser extraído de vídeos nos quais apoiadores de Bolsonaro acreditaram na prisão do Ministro Alexandre de Moraes, ou que havia sido decretado um Estado de Sítio no país: pessoas foram às lágrimas em razão de informações claramente falsas, certamente em razão da intensa exposição a determinados tipos de conteúdo que tornavam aquela realidade factível. Como resume Luís Felipe Miguel:

O ambiente do mundo digital busca um equilíbrio entre o conforto de espaços de reafirmação de preferências e valores e a fricção ritual de fronteiras em que eles são exibidos diante de outros hostis, a fim de assegurar a própria identidade e reforçar o pertencimento de grupo (MIGUEL, 2022, p.55).

Assim, num ambiente de pouca aderência democrática como o Brasil, dado o seu transcurso histórico e a tendência para a ruptura, como pretendeu-se demonstrar na primeira parte deste estudo, é certo que a reafirmação de identidade do sujeito num ambiente no qual a

..... Artigo

extrema-direita anti-institucional navega com maior facilidade dificulta que a democracia possa retornar para um novo estágio de desenvolvimento. Vislumbra-se a facilidade com que parte expressiva da população pode preferir medidas autoritárias, das quais as instituições não estão imunes, como mostra o histórico da Operação Lava-Jato ou a eleição de parlamentares outrora custodiados no cárcere.

O ambiente virtual acaba com a possibilidade de um lugar comum de debate, havendo cada vez maior espaço para posições extremadas e que funcionem na lógica do inimigo: o maniqueísmo do mundo virtual impede que a adesão a posições contrárias, ou mesmo a modulação de um discurso, não seja visto como traição. Não há, no outro, espaço para concordância, mas tão somente para a eliminação. O cidadão deixa de perceber as eleições por sua maior virtude, que é a pacificação do conflito político (PRZEWORSKI, 2021), o que contribui para a erosão do ambiente democrático.

4. Considerações finais

A derrota de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022 colocou o Brasil mais afastado de governos de matizes autoritárias como a Turquia e a Hungria, mas isto não significou que a democracia nacional está a salvo dos riscos da autocratização. Conforme exposto, enquanto Europa e Estados Unidos viviam 'anos gloriosos' do pós-guerra, o Brasil e outros países da América Latina estavam em pleno regime ditatorial. A colonização portuguesa, no entanto, entre outros diversos fatores como a tardia abolição da escravatura, ainda são objeto de amplo debate em relação às semelhanças do Brasil com seus vizinhos de continente. O próprio processo de independência já surge como um golpe militar apoiado pela elite intelectual local que buscava ocupar o Estado a partir de ideias importadas.

Ao longo deste processo, com a gama de presidentes que seguiram desde a Proclamação da República, prevaleceu em diversos momentos concepções autoritárias, das quais o Brasil ainda não conseguiu se desfazer por completo. E assim, na falta de um pensamento dominante que reconheça as necessidades de transformação do país, o Brasil ainda é periférico, com economia fortemente voltada ao atendimento de mercados estrangeiros e não-raro subalterno no mundo globalizado.

..... Artigo

Evidência da frágil democracia brasileira é que de todos os presidentes que o Brasil teve desde a promulgação da Constituição de 1988, o principal símbolo do processo de redemocratização após mais de duas décadas de regime militar, apenas dois presidentes, Fernando Henrique Cardoso e Lula, receberam a faixa presidencial de seus antecessores e depois a entregaram após terminarem seus governos. O mesmo não aconteceu nos governos de José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco, Dilma Rousseff, Michel Temer, e Jair Bolsonaro - que foi para os Estados Unidos e não compareceu à posse.

Em se tratando da história recente, a última década foi especialmente turbulenta. O ano de 2013 foi marcado por manifestações pelo aumento das tarifas de transporte público em São Paulo, que culminaram em uma série de outras pautas e novos atores nas ruas. Movimentos cívicos, especialmente de direita, como MBL, Nas Ruas e Vem pra Rua, se destacaram neste processo, e, após, atuaram fortemente no impeachment de Dilma. Não por coincidência o fenômeno das redes sociais e plataformas de internet adquiriram neste período um potente caráter agregador de opiniões.

A centralidade das redes sociais e a formação de bolhas baseadas na formatação de algoritmos acabaram por exercer um forte papel nas disputas eleitorais e políticas que seguiram a partir daí. Assim a atuação nas plataformas digitais passou a ser um campo de disputa em que os movimentos cívicos de direita conseguiram relevantes espaços de poder. A pauta do impeachment, a operação lava jato e posteriormente a eleição de Bolsonaro também ganharam fôlego a partir das redes sociais.

A consequência mais perigosa ao longo deste processo impulsionado pelas plataformas digitais foi o extremismo político, que culminou em mortes de militantes, e mais recentemente, na tentativa de golpe em 8 de janeiro. A discussão acerca da regulamentação das plataformas digitais é global e medidas fundamentais têm sido tomadas, como se percebe com o que acontece na União Europeia. Todavia, o debate no caso brasileiro deve ser feito - por óbvio que pareça - à luz de suas próprias especificidades. O pouco compromisso com a manutenção de uma democracia liberal no país, que no momento ainda se apresenta em tendência para autocratização, não deve ser desconsiderado e os efeitos da evolução política do país são sobremaneira presentes e dificultam o acesso a um grau maior de democracia: militares

..... Artigo

permanecem no desempenho de inúmeras posições civis e grande parte do eleitorado é seduzida por discursos de ordem ou que busquem romper com a ordem institucional.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia: Uma análise da crise e das perspectivas do regime democrático brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2018.

FERNANDES, Florestan. **A condição de sociólogo**. São Paulo: Hucitec, 1989.

GERBAUDO, Paolo. *The digital party: Political organisation and online democracy*. London: Pluto Press, 2019.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LIMONGI, Fernando. **O eleitorado evangélico e o bolsonarismo: Uma análise das eleições de 2018 e 2022**. São Paulo: Perspectiva, 2023.

MENDES, Gilmar. **Regulação procedimental do discurso online: Uma perspectiva democrática para as redes sociais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2023.

MIGUEL, Luís Felipe. **Democracia e os partidos políticos no Brasil: Uma análise crítica**. São Paulo: Boitempo, 2022.

MIGUEL, Luís Felipe; MEIRELES, Daniela. **O espectro digital: Algoritmos, poder e resistência**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: Porque nossa liberdade está em perigo e como salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: Da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

PRZEWORSKI, Adam. **Por que eleições importam?** 1. ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2021.

..... **Artigo**

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Submetido em: 14-07-2023

Aceito em: 21-08-2024